

EDITORIAL

A *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law) – RDBras* é uma publicação semestral da Editora Revista dos Tribunais e oficial do Conpedi, que visa fomentar o estudo das questões mais relevantes que envolvem a jurisdição constitucional tanto em âmbito nacional quanto internacional. Neste sentido, procura-se estudar os principais temas do Direito Contemporâneo de modo reflexivo e dialético. Objetiva-se criar um campo vasto de discussão e aproximação do Direito interno e internacional, propiciando um intercâmbio de informações e soluções sobre as mais diversas questões jurídicas situadas no âmbito da jurisdição constitucional. Tem como finalidade oferecer aos estudiosos do Direito uma visão atualizada dos principais temas das Cortes Constitucionais, buscando aproximar a teoria da prática.

Para tanto, o periódico traz artigos doutrinários inéditos, nacionais e estrangeiros, sendo 20% dos artigos enviados, a cada edição, por autores convidados de significativo conhecimento do tema, tanto de âmbito nacional quanto internacional. Já os artigos restantes passam necessariamente pelo sistema *Double Blind Peer Review*, em que o artigo é avaliado por Doutores em Direito que desconhecem os autores, assim como estes desconhecem os seus avaliadores. A avaliação ocorre, necessariamente, por no mínimo dois pareceristas *ad hoc* (avaliadores). Todavia, caso haja discrepância superior a três pontos (avaliação de zero a dez), ocorrerá uma terceira avaliação. Importante destacar, que os avaliadores da *RDBras* são professores de programas de Mestrado e Doutorado em Direito e foram (e continuarão sendo) indicados pelos coordenadores dos programas de Pós-graduação em Direito de todo o Brasil.

Para se evitar o plágio, assim como artigos não inéditos entre outros problemas, mas, principalmente, para garantir a longevidade das publicações e facilitar a sua identificação no meio eletrônico, todos os artigos aprovados serão registrados no sistema *Digital Object Identifier – DOI*.

A *RDBras* terá sempre uma versão impressa e outra eletrônica, sendo que na futura versão on-line os artigos estarão em duas línguas: inglês/espanhol ou inglês/português. Os artigos obedecerão às regras da ABNT e deverão possuir os seguintes requisitos: (a) ser inédito; (b) conter resumo na língua portuguesa ou espanhola e inglesa com no mínimo 100 palavras e no máximo 250 palavras; (c) conter no mínimo três palavras-chave e no máximo cinco na língua portuguesa ou espanhola e inglesa (separadas por ponto); (d) desenvolvimento e referências; (e) possuir de 15 a 30 laudas no formato Word (A4, posição vertical; fonte: Times

New Roman; corpo: 12; alinhamento: justificado, sem separação de sílabas; entre linhas: espaçamento um e meio; espaçamento simples entre as linhas do resumo em português ou espanhol e inglês; parágrafo: 1,5 cm; margem: superior e esquerda – 3 cm; inferior e direito – 2 cm); (f) as citações devem obedecer às regras da ABNT (NBR10520/2002); (g) as referências devem ser conforme a ABNT (NBR 6023/2002); (h) o sistema de chamada das referências das citações diretas ou/ indiretas pode ser autor-data ou numérico (NBR 10520/2002). As notas de rodapé, se necessárias, devem ser somente explicativas (NBR 6022/2003) e (i) conforme a NBR 6024/2003, os títulos, subtítulos e sub-subtítulos devem ser alinhados à esquerda e conter um texto relacionado com eles.

Há que se destacar ainda que em cada edição poderão ser criteriosamente selecionados acórdãos, de inteiro teor, pelos editores e membros do comitê de política editorial, com o máximo de seis meses de publicação e acompanhados de uma resenha do julgado. Poderão constar também de cada edição, resenhas de obras jurídicas, legislação nacional, estrangeira ou internacional comentada e pareceres.

A *RDBras* divide-se em uma Parte Geral, onde são abordados temas genéricos e relevantes da justiça constitucional, e uma Parte Especial, que versa sobre temas específicos, divulgados por edital em chamadas públicas. Nesta segunda edição, o tema específico escolhido é “Sistemas Eleitorais e Reforma Política” tendo em vista a relevância da matéria para os países, que visam constantemente aprimorar seus sistemas eleitorais.

Debruçados sobre a perspectiva da jurisdição constitucional e dos temas relativos aos “Sistemas Eleitorais e Reforma Política”, estudiosos nacionais e internacionais das mais diferentes áreas e regiões do Brasil, professores, pesquisadores e alunos, reúnem-se nesta segunda edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)*, para enfrentar o tema proposto sob os mais diferentes enfoques – o que contribui indubitavelmente para a sua riqueza e completude.

Nesse sentido, na Parte Geral da *RDBras*, contamos com o texto de autoria de João Porto Silvério Júnior que trata do processo constitucional como espaço dialógico discursivo da democracia e tem por finalidade precípua analisar com acuidade o processo constitucional e sua relação com o aprimoramento da democracia.

No tocante à atuação do Poder Judiciário na atualidade, precipuamente do ativismo judicial, Juliana Brina Côrrea Lima de Carvalho discorre sobre os limites da argumentação jurídica visando à desconstrução do ativismo judicial na ponderação de princípio, bem como aborda a reinvenção da legitimidade jurídica nos pensamentos de Jürgen Habermas e Chantal Mouffe. Já Ivete Maria de Oliveira Alves aborda o ativismo judicial sob a ótica da judicialização da política e da efetivação de direitos fundamentais. Carolina Scherer Bicca, por sua vez, trata da distinção entre a judicialização da política e o ativismo judicial. O perfil do juiz constitucional brasileiro e sua atividade criativa, em face da ausência de princípios limitadores e da negação de uma responsabilidade política é abordado por Rafaela Benevides Ferreira Machado.

Ainda no tocante ao processo constitucional, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Luciana Campanelli Romeu analisam a Emenda Constitucional 57 e a questão da convalidação da declaração de inconstitucionalidade. No tocante à inconstitucionalidade por omissão e seus efeitos Victor Vendramini Langerhorst e Tagore Trajano de Almeida Silva analisam a eficácia concretista das decisões do STF em sede de ação de inconstitucionalidade por omissão, bem como a possibilidade do Poder Judiciário suprir as omissões do Estado. Thiago Rodovalho dos Santos estuda o respeito às decisões do STF e o instituto da súmula vinculante.

Já Rogerio Sganzerla examina detidamente, em seu texto, a adequação de um modelo de constituição dirigente ao direito penal brasileiro. O tema das políticas públicas é abordado por Awdrey Frederico Kohol, Mirta Lerena Misailidis e José Fernando Vidal de Souza, em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores rurais na agricultura canavieira paulista dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável. De outra parte Cesar Calo Peghini enfrenta o tema da responsabilidade civil automobilística, analisando os seus elementos existenciais.

O caso Cesare Battisti é analisado pelos Professores Italianos Angela Cossiri e Giovanni Di Cosimo, que conferem uma nova visão sobre o caso. O texto é traduzido pela Professora Maria Rosario Barbatto. Ainda dentro da temática do Direito Internacional, Alexandre Coutinho Pagliarini estuda, em seu artigo, as mudanças pontuais em conceitos de direito internacional público para a efetivação dos direitos humanos.

Na Parte Especial, a *RDBras* traz o artigo do Professor André Ramos Tavares que aborda a sociedade perante as mudanças do marco político e eleitoral brasileiro: entre aprimoramento referendário e experimentalismo fraudulento. Já a Professora Monica Hermann Caggiano leva a efeito o estudo do sistema eleitoral brasileiro tendo em vista as eleições gerais 2010 e as eleições municipais 2012, analisando todo o cenário eleitoral e sua anatomia. A ampliação de direitos políticos de sufrágio universal e voto direto no Brasil também é estudada por André Mendes da Fonseca Ferraz.

Conclui a edição a entrevista com o constitucionalista e Professor Doutor Jorge Miranda, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, realizada por Carlos Sérgio Gurgel da Silva.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta segunda edição, bem como aos pareceristas que levaram a efeito a criteriosa avaliação dos artigos.

A todos desejamos uma excelente leitura!

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
Coordenador.